

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL- SISVS:
UMA FERRAMENTA UTILIZADA NA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE BEBERIBE-CE.**

**TÍTULO: SOCIAL ASSISTANCE SURVEILLANCE INFORMATION SYSTEM SISVS:
A TOOL USED IN THE SOCIAL ASSISTANCE NETWORK OF THE MUNICIPALITY
OF BEBERIBE, CEARÁ**

Carlos Sergio da Silva Fernandes *

Felipe Bastos Nunes**

RESUMO

O Brasil apesar de ocupar uma boa posição no ranking mundial de país quando levado em consideração o Produto Interno Bruto (PIB), sua renda é mal distribuída entre a população, havendo concentração de renda, que por sua vez gera desigualdade. a grande extensão territorial brasileira e suas diferenças levam a diferentes aspectos rendas e necessidades, nas diversas regiões, sendo necessário um acompanhamento específico, fundamentado em políticas públicas específicas para cada região. Um bom cenário é a criação de ferramentas digitais para o recebimento de dados possibilitando o acompanhamento, e melhorando as tomadas de decisão, todo esse pensamento tecnológico é fomentado pelas políticas de Governo eletrônico e governo digital. O presente artigo traz uma proposta de sistemas para acompanhamento do funcionamento das instituições de CRAS e CREAS, pertinente às suas atribuições, assim gerando dados para acompanhamento de suas ações e necessidades. Também é ferramenta do sistema o recebimento de notificações de violação que tenham ocorrido em todo território municipal. A proposta foi analisada, estudada e as ferramentas foram levantadas. Seu desenvolvimento e implantação ocorreu no período de um ano, culminando na entrega da ferramenta a toda rede municipal e a vigilância socioassistencial.

Palavras-chave: CRAS. CREAS, Governo Digital, Governo Eletrônico, Django, Sistema Web, Nginx.

ABSTRACT

Although Brazil holds a strong position in the global ranking when considering Gross Domestic Product (GDP), income distribution remains highly unequal, with a significant concentration

* Discente do Bacharelado em Ciência da Computação, carlos.sergio.silva60@aluno.ifce.edu.br

** Especialista em Docência no Ensino Técnico pelo SENAC campus Santo Amaro, felipebastos@ifce.edu.br

of wealth that leads to social inequality. The country's vast territorial extension and regional differences result in varying income levels and needs across different areas, making it essential to implement region-specific monitoring based on tailored public policies. One promising approach is the development of digital tools for data collection, enabling better monitoring and more informed decision-making. This technological approach is supported by e-Government and digital government policies. This article presents a system proposal aimed at monitoring the operations of CRAS and CREAS institutions, aligned with their responsibilities, thereby generating data to support the evaluation of their actions and needs. The system also includes functionality for receiving notifications of rights violations occurring within the municipality. The proposal was analyzed and studied, with the necessary tools identified. Its development and implementation took place over the course of one year, culminating in the delivery of the tool to the entire municipal network and social assistance surveillance services.

Keywords: CRAS, CREAS, Digital Government, Electronic Government, Django, Sistema Web, Nginx.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, várias ferramentas e técnicas foram desenvolvidas usando a computação para tornar mais ágeis os processos e serviços dos meios públicos e privados. Diversas áreas já foram afetadas positivamente por mudanças e evoluções tecnológicas. A inovação no uso de ferramentas digitais no setor público, buscando integrar a população, facilitando o acesso e uso cotidiano, aproximando o governo e cidadãos e potencialmente impactando políticas públicas de combate à desigualdade, a violência ou acesso a saúde e educação.

Progressivamente a tecnologia é inserida nos espaços sociais e familiares, por vezes trazendo inovações que auxiliam as pessoas nas atividades práticas do dia a dia, outras vezes modificando velhos processos, criando e aprimorando formas de se comunicar ou novas maneiras de transmitir conhecimento. No setor público não poderia ser diferente, ao passo que no decorrer dos anos os processos foram se tornando cada vez mais digitais.

A Constituição promulgada em 1988, vigente no país, coloca a noção de um Estado de bem-estar social, com um olhar para as classes menos favorecidas. Este documento que, de certa forma, define o que é a nossa sociedade, garante que a educação é para todos, assim como a saúde e a assistência para quem dela necessita. A implementação de direitos sociais tem como base a melhoria de vida e a abertura de novas possibilidades para os cidadãos.

Em 2023, o Brasil ocupou a 9ª posição no ranque mundial dos países mais ricos do mundo, com um PIB de US\$2,17 trilhões.¹

¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/01/brasil-volta-ao-grupo-das-10-maiores-economias-do-mundo-com-resultado-do-pib-de-2023.ghtml>

Apesar da sua relevância econômica o Brasil se encontra no rol de países emergentes com população majoritariamente das classes C e D, estratos sociais mais vulneráveis que, devido a isso, tem acessos precarizados a trabalho, estudo, entre outras coisas, o que os mantém numa esfera onde o combate à fome, miséria, drogas e criminalidade tem sido custoso e ineficiente.²

A vulnerabilidade social é constituída por três fatores. Uma das mais alarmantes é a desigualdade, visto que o crescimento econômico do Brasil ocorreu, porém sem um controle eficaz do estado, pautado nas ideias neoliberais e sob uma visão individualista dos detentores do capital. Como consequência da desigualdade, há a exclusão, decorrente de aspectos, como classe, gênero, sexo, entre outros, dificultando acesso a diferentes oportunidades de melhoria de vida familiar, social ou financeira(BOFF; CABRAL, 2023).

No plano social há muitos parâmetros utilizados para caracterizar o indivíduo como pobre. Um dos mais utilizados é a renda per capita, valor produzido ao se dividir a soma total das rendas dos integrantes da família pelo número de indivíduos. Pode-se caracterizar o indivíduo como pobre quando sua renda per capita está abaixo do valor da linha da pobreza. Linha da pobreza é o valor necessário para a sustentação das necessidades básicas do indivíduo(BOFF; CABRAL, 2023).

O trabalho de Boff e Cabral (2023), demonstra uma forte relação entre os locais que concentram pessoas que se encontram em classes mais baixas e os altos índices de casos de abuso infantil e prostituição de menores. É fundamental formular políticas públicas para mitigar as situações de vulnerabilidade às quais as pessoas de classes menos favorecidas estão sujeitas. Atualmente existem muitas ferramentas que facilitam a coleta de dados e a geração de informações, que por sua vez facilitam a tomada de decisão baseada em dados por meio dos órgãos públicos, também chamada de Data Driven Decision. Exemplos incluem o Censo SUAS, o CadÚnico e o e-SUS AB, que permitem à gestão pública monitorar indicadores sociais e de saúde e definir políticas de forma mais precisa.

Segundo o Ministério da Saúde, por exemplo, o Brasil registrou um total de 202,9 mil casos de violência contra crianças e adolescentes, entre os anos de 2015 e 2021. Uma análise aprofundada destes dados mostra que mais de 50% dos casos ocorreram com pessoas que se encontram na faixa de 10 a 19 anos (119,377 casos 58,8%), e o restante, 83.571 casos (41,2%), ocorre com pessoas na faixa de 0 a 9 anos. Também é possível observar que ocorre com pessoas do sexo feminino; os agressores, em sua maioria, são do sexo masculino³.

No cenário atual é muito importante a busca por informações, sendo otimizadodevido às inovações e à digitalização, sobretudo a consolidação da internet. Com o poder público de forma análoga, parâmetros e metas foram traçadas na Agenda 2030, todas aplicadas em uma perspectiva global, buscando a otimização das ações a aproximação dos cidadãos com o estado(BROGNOLI; FERENHOF, 2020).

Muitas das iniciativas brasileiras nessa área, na verdade, foram pautadas na Agenda 2030.

² <https://gente.globo.com/infografico-pesquisa-panorama-das-classes-abcde/>

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/18/brasil-registrou-2029-mil-casos-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-de-2015-a-2021-diz-boletim.ghhtml>

Temas como o governo digital e governos eletrônicos tiveram seu início nos anos 2000. Apesar da iniciativa, os setores públicos brasileiros foram descuidados no andamento das propostas. Várias das ações foram idealizadas visando aproximar os entes, dentre estas, a que mais se destaca hoje é a criação da iniciativa de digitalização dos serviços do governo federal por meio do portal gov.br(BROGNOLI; FERENHOF, 2020).

A construção da Plataforma CsF tem como seu maior objetivo a possibilidade de gerar dados sobre o Programa Ceará Sem Fome, pois é afirmado a necessidade de uma governança pautada em dados. Ideias como esta servem de inspiração para construção do SISVS (GOMES et al., 2024).

Entre os anos de 2020 e 2022, o Governo Federal tomou iniciativas para a transição de um governo eletrônico para um governo digital, muito centrado no atendimento direto ao povo. A implementação das ideias levantadas possibilita mudanças e tomadas de decisões com base nos dados coletados. Ações como essas demonstram o papel do estado fomentando as mudanças e a criação de tecnologia(GOMES et al., 2024).

No município de Beberibe, a Secretaria Municipal de Ação Social foi criada no governo de Francisco Ednaldo de Queiroz Bessa em 1989. A primeira a ocupar esta secretaria foi a primeira-dama Iveuda Maria Peixoto Bessa que fez um trabalho voltado para o protagonismo de mulheres empreendedoras através de um evento chamado Feira Artesanal dos Distritos(COLAÇO, 2013).

Quando o Sistema Unificado de Assistência Social, ou SUAS foi criado em 15 de julho de 2005, tendo como responsável o Ministério da Assistência Social e Cidadania, outras atribuições, é formular a política pública no âmbito federal. Neste contexto nasceram órgãos municipais que compõem a rede de assistência social, como os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os CRAS são equipamentos que aproximam os serviços sociais ofertados pelo setor público, atuando no âmbito municipal ou regional, diretamente com os cidadãos. É competência do CRAS apoiar as famílias quanto a garantias de direitos, quando ao CREAS, ressaltasse as ações especializadas realizadas por meios de profissionais das mais variadas áreas(CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

1.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um sistema (web) voltado à digitalização dos serviços de assistência social no município de Beberibe-CE, com foco na captação de notificações de violações e no acompanhamento das famílias referenciadas pelos CRAS e CREAS

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as demandas e limitações da rede de assistência social do município de Beberibe-CE, com foco no funcionamento dos CRAS e CREAS;

- Projetar e desenvolver um sistema web colaborativamente com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania;
- Integrar o sistema aos principais pontos da rede socioassistencial, incluindo CRAS, CREAS, escolas e unidades de saúde;
- Permitir a captação estruturada de notificações e a geração de relatórios para subsidiar a atuação da Vigilância Socioassistencial.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2, apresenta o papel do CRAS e do CREAS, as tecnologias utilizadas e os conceitos de Governo Eletrônico e Digital. Seção 3, comparamos estudos com propostas semelhantes. Na seção 4 detalha o desenvolvimento e implementação do sistema, enquanto na seção 5, mostram sua consolidação as ferramentas e implantação, tendo como fruto o sistemas em produção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção, vamos apresentar conceitos importantes para o entendimento deste trabalho, ressaltando o funcionamento dos CRAS e do CREAS, suas ações, e seu papel. Também vamos discutir como o governo encara as tecnologias, o governo digital e a governança eletrônica, por fim como quais tecnologias são ferramentas para o desenvolvimento do sistema.

2.1 Políticas de assistência anterior a 2005

As secretarias municipais de trabalho e ação social surgem ligadas às ações de caridade e filantropia que nasceram na igreja católica do Brasil dos anos 40. Neste período foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), pela primeira-dama Darcy Vargas, esposa do presidente da República Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial para atender as famílias dos soldados que lutavam em defesa da pátria(MEDEIROS, 2012).

2.2 SUAS

As construções institucionais ocorridas nos anos de 1990 tiveram como ponto central, idealizar ações a serem tomadas no âmbito nacional, pautado nas regionalidades, devido à extensão território brasileiro e suas deficiências. Foi necessária a definição de macro parâmetros, sendo a tomada de decisão e regência, realizadas pelo setor público. A implementação do SUAS teve um papel importante para formulação dos macros parâmetros, na divisão dos papéis de cada ente da federação, deixando claro os serviços que devem ser ofertados por cada nível. Pode-se observar que os processos se tornam mais efetivos quando localmente há uma dedicação (FOME, 2009).

O SUAS tem como um de seus objetivos monitorar a realidade dos municípios, identificando vulnerabilidades e subsidiando a formulação de políticas públicas. Esse acompanhamento ocorre, principalmente, por meio de relatórios, evidenciando a importância de mecanismos para



Figura 1 – Imagem da logo oficial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), disponibilizado no site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Fonte: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/marcas-e-manuais>>.

a captação de dados. A construção do sistema aqui levantada, busca fortalecer a produção e a coleta de dados, permitindo o uso diário por parte das instituições, com foco na extração das informações mensais, que são solicitadas pelo SUAS. Outro aspecto que podemos ressaltar são funcionalidades que permitam buscas específicas para além das já estabelecidas.

2.3 Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial tem como finalidade produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações sobre vulnerabilidades, riscos e violações de direitos nos territórios, além de avaliar a oferta e a qualidade dos serviços socioassistenciais. Sua atuação é essencial para garantir a adequação entre as necessidades da população e os serviços disponíveis, permitindo um planejamento mais eficiente. Além disso, desempenha um papel estratégico na gestão da informação, fornecendo dados e indicadores para subsidiar a supervisão e execução das políticas socioassistenciais em níveis municipal, estadual e federal⁴.

É possível identificar a necessidade constante por dados do acompanhamento da assistência municipal de Beberibe, demanda essa que se repete em diversos municípios brasileiros. A informatização por meio do SISVS, otimiza o acompanhamento realizado pela vigilância, facilitando a visualização das produções, como atendimentos, acompanhamentos, solicitações, dentre outras, contribuindo para o fortalecimento do seu papel na rede de apoio.

2.4 CRAS

O CRAS tem o papel de apoiar, ajudar e amparar, famílias que se encontram em violência ou violação de direitos. Tendo como a divisão em territórios um dos pontos principais, já que sua visão enxerga os territórios como possível gerador de dificuldades, violações e violências, e a comunidade tem um papel importante para mudar esse cenário, sendo assim é necessário

⁴ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1>



Figura 2 – Logo oficial do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Fonte: <<https://videira.atende.net/cidadao/pagina/cras>>

utilizar as relações como ferramentas modificadoras dos estados, fomento à participação das famílias e da comunidade na qual a família está inserida, só com a aplicação dessa ideia, possibilita transformações nos indivíduos, na família, na comunidade, de forma geral, políticas implementadas e cenários mudados (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009)

Sabemos que a atuação do CRAS é de caráter municipal, sendo assim é necessário planejar de forma integrada e olhando os anseios do município discutido. Todos os pontos levantados serão compilados no Plano Municipal, dessa forma é imprescindível um conhecimento aprofundado da situação do município (TÉCNICAS, 2009).

Com isso o SISVS tem como ponto focal atender as necessidades das unidades de CRAS, situadas no município de Beberibe, permitindo a adaptação em outros municípios. Em ambientes onde há o uso de computadores por parte dos funcionários já é uma prática adotada pela gestão municipal, facilitando a implantação de sistemas. O sistema implementa as funcionalidades de cadastro das famílias referenciadas nas unidades, e toda a sua movimentação, dentro dos equipamentos, resultando em processos mais rápidos e produtivos, pode otimizar o tempo de atendimento, na melhoria no acompanhamento, seja no âmbito familiar ou de solicitações feitas nas unidades.

2.5 CREAS

A OMS define violência todo e qualquer ato de agressão, seja física ou psicológica, realizada a si próprio ou por outro indivíduo. O contexto, o indivíduo, e as relações são fatores que podem levar aos mais variados tipos de agressão, sendo necessário muitas das vezes uma intervenção direta do setor público. No aspecto municipal, o CREAS tem o papel de receber e acompanhar os casos de violência e violação, acolher a vítima e direcionar para as redes de apoio. (LUZIA; LIPORONI, 2023).

Os CREAS, por sua vez, têm o papel de prestar orientação no que diz respeito às situações de violência ou violação de direitos. Sua atuação é municipal ou regional, sua equipe é composta por profissionais das mais diversas áreas de atuação, contando com psicólogos, advogados, a priorização do trabalho intersetorial é um dos pontos fortes do CREAS, visto que ele trabalha



Figura 3 – Logo oficial do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Fonte: <<https://www.saltodoceu.mt.gov.br/ouvidoria/carta-de-servicos/servicos/4-creas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social.>>

como um equipamento intermediário, na rede de garantias de direitos (LUZIA; LIPORONI, 2023).

Ação quatro dos serviços que podem ser ofertados nas unidades de CREAS:

- A - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- B - Serviço Especializado em Abordagem Social;
- C - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- D - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Serviços estes necessitam do acompanhamento de setores superiores. Por se tratar se casos sensíveis a autora ressalta a necessidade de cuidado na abordagem, no trato, para com os usuários atendidos.

A gestão municipal de Beberibe buscou se digitalizar em várias áreas, dentre elas, a assistência social, buscando informatizar os locais de atendimentos como na unidade do CREAS. Apesar da adoção de ferramentas digitais, foram utilizadas ferramentas genéricas de mercado, que não foram pensadas estritamente para as demandas da assistência social, sendo elas ferramentas de uso geral, veremos isso mais a frente. A proposta aqui levantada, considerou os detalhes no funcionamento da unidade CREAS, onde seu referenciamento se assemelha ao das unidades de CRAS, mas, o detalhamento na composição dos indivíduos que integram família, visto que o CREAS visa um atendimento individual.

2.6 Procedimentos de coleta de dados sobre violências e violações no município de Beberibe

patricio2024explorando, realiza uma exploração em dados governamentais, buscando

gerar informações relevantes para a tomada de decisão pelo setor público. Foi possível visualizar informações como, perfil da vítima, o perfil do suspeito, o grau de reação entre eles, a frequência de denúncias ao longo do ano e do tempo, e dados referentes aos anos de pandemia e restrição social. O artigo levanta a necessidade de melhoria na captação de dados, buscando uma padronização.

A prefeitura municipal de Beberibe, por meio da Secretaria de Assistência Social, identificou em 2018 subnotificações de violência e violações, relacionando o problema ao modo que as notificações eram coletadas. Como ponto para mudar esse cenário, a SASC, em 2019 realizou a criação da Ficha de Notificação que está disponível no Anexo 1. e a Vigilância Socioassistencial. A Ficha de Notificação é um documento que contém informações sobre as situações de violência ocorridas com qualquer cidadão morador do município de Beberibe, as quais são geradoras de dados para produção de boletins, mapas e estudos de casos pela Rede de Proteção.

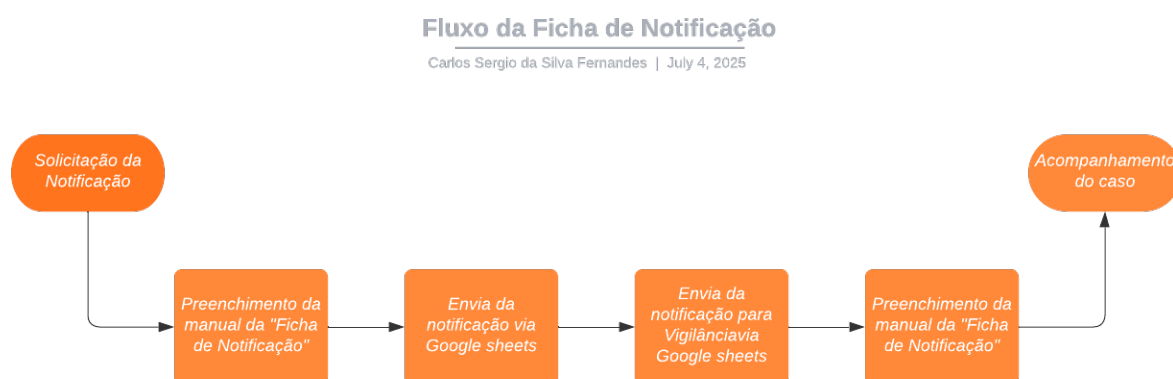


Figura 4 – A imagem apresentada explicita o fluxo pelo qual é percorrido a Ficha de Notificação de sua origem, que consiste no local produtor, até a vigilância socioassistencial que posteriormente tomará os devidos procedimentos.

Fonte: Autor.

A LEI Nº 1.350 de 24 de maio de 2021, em seu artigo 01, torna obrigatória a utilização da Ficha de Notificação como ferramenta para formalização dos dados do ocorrido. No artigo 02 discrimina os beneficiários da lei, já o artigo 5, determina a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, por meio da Vigilância Socioassistencial, o papel de receber os dados.

Nesse sentido, o SISVS busca suprir a lacuna identificada pela coordenação da vigilância. Focando na melhoria do fluxo de trabalho, redução no tempo de resposta das notificações, diminuindo os passos percorridos pela ficha de notificação dentro das unidades notificadoras a comunicação e o envio à vigilância socioassistencial, e sobretudo na qualificação da produção dos dados oriundo das notificações que posteriormente deverão ser redirecionado aos órgão superiores, como a Secretaria municipal de Assistência Social e Cidadania, a Secretária da Proteção Social e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

2.7 Tecnologias Basilares

2.7.1 Estrutura Cliente-Servidor

A arquitetura cliente e servidor é empregada quando queremos trafegar na rede. Seu princípio fundamental é entregar arquivos de uma máquina para outra por meio da conexão de rede. Nessa arquitetura um equipamento solicita determinado arquivo - a esse damos o nome de cliente - que está na em outro equipamento - recebe o nome de servidor, podendo ou não integrar a mesma rede(TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

2.7.2 Tecnologias fundamentais da web

O World Wide (web) ou www, é um conjunto de máquinas arquitetonicamente planejadas para servir arquivos de hipertexto. Seu propósito inicial era organizar e disseminar conhecimento científico, principalmente em física, tendo seu início na Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN)(TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

HyperText Markup Language ou HTML,é uma linguagem de marcação de texto, que possibilita a criação de hipertexto. Arquivos e hipertexto, são arquivos linkados entre si, onde cada parte do arquivo podem levar a outros textos, relacionando os conteúdos. (TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

Para que os arquivos em HTML possam trafegar a rede, o protocolo Hypertext Transfer Protocol (HTTP) foi desenvolvido. Sua função principal é transferir arquivos de hipertexto. Ele busca o conteúdo solicitado pelo cliente e entregá-lo. Os arquivos podem ser estáticos, quando o arquivo respondido é sempre só mesmo para qualquer requisitos, ou do tipo dinâmico, quando arquivo pode ser modificado a cada nova requisição, seja pelo cliente, ou modificado pelo servidor antes de ser enviado(TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

Quando o cliente faz uma solicitação ao servidor e recebe sua resposta, o navegador pega os arquivos e processos criando as páginas web. Assim é necessário que cada página tenha uma forma de se identificar. Para solucionar esse problema usamos URL (Uniform Resource Locator). A URL é formada pelo protocolo utilizado na comunicação, o domínio do site e o caminho da página. Essa combinação de elementos torna a URL única no mundo todo, sendo impossível o acesso de mais de um página sobre a mesma formação(TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

2.7.3 Cookies

Em alguns casos o servidor **web** necessita identificar o cliente que está acessando a página em questão. O servidor **web** tem o papel de entregar os arquivos e páginas solicitadas e encerrar a comunicação após o envio. Uma forma de solucionar esse problema é utilizando os **cookies**(TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

Quando um cliente solicita uma página Web, o servidor pode fornecer informações adicionais na forma de um (cookie) junto com a página solicitada. O (cookie) é uma string nomeada, bem pequena (no máximo 4KB), que o servidor

pode associar a um navegador. Essa associação não é a mesma coisa que um usuário, mas é muito mais próxima e mais útil do que um endereço IP.

Os **cookies** são constituídos de até 5 campos, são eles; o domínio, que indica a origem dele, o caminho, indicando qual parte da árvore de diretórios do servidor pode usar os **cookies**, o conteúdo, que pode ser um valor ou nome, armazenando o valor contido no **cookies**, o campo expira, quando existente, indica a validade do **cookie** e, por fim, o campo seguro, informa ao navegador que ele só deve retornar o **cookie** quando a conexão for segura. Os **cookies** têm um papel importante no funcionamento das aplicações **web**(TANENBAUM; WETHERALL, 2021).

2.7.4 Serviço Web

Os serviços **web** como uma evolução dos do uso da internet, permitindo um uso mais genérico da rede se comparado ao padrão cliente servidor mais antigo. Onde um programa em que seu funcionamento é acionado por meio de uma requisição requisição HTTP. A compilação de serviços (web) permite que uma ferramenta unifique vários serviços numa única interface. Os serviços podem se comunicar de forma síncrona quando a resposta deve ser recebida pelo cliente assim que for enviada ou de forma assíncrona, quando o cliente realiza a requisição e passa a fazer as demais tabelas, não fica esperando uma resposta imediata. Outra madeira é se inscrever em eventos, onde o cliente recebe resposta quando o evento é acionado no lado do servidor. O baixo acoplamento é essencial quando falamos de serviços web, pois quando realizamos alguma alteração, não deve haver reações em cadeia, prejudicando o funcionamento da aplicação(COULOURIS et al., 2013).

2.7.5 Segurança

A comunicação via (internet) é o meio mais rápido de comunicação e o melhor para disseminação de conhecimento ou acompanhamento de dados. Entretanto, pela sua característica fundamental, ela permite o acesso a toda e qualquer pessoa na rede. Possibilitando a algum usuário utilizar a rede mundial de computadores. Assim, trafegar informações abertas à rede é um problema. Mecanismos de segurança devem ser adotados para garantir a segurança dos dados.

Para além dos meios técnicos de se manter a segurança, o desenvolvimento da ferramenta deve levar em consideração que os usuários finais são humanos, propensos a erros quando expostos à pressão, assim desenvolver ferramentas considerando o fator humano, visto que, essa também é um ponto de fissura na segurança de um sistema. (HOEPERS, 2024).

2.7.6 Criptografia

A criptografia é um pilar essencial na segurança de sistemas web, garantindo a proteção de dados sensíveis contra acessos não autorizados. Ela é amplamente utilizada para armazenar senhas de forma segura, proteger comunicações entre clientes e servidores (como em conexões

HTTPS) e garantir a integridade e autenticidade das informações. Existem dois principais tipos de criptografia: simétrica, onde a mesma chave é usada para criptografar e descriptografar dados (como no algoritmo AES), e assimétrica, que utiliza um par de chaves pública e privada, como no RSA e no ECC, sendo fundamental para protocolos como SSL/TLS. Além disso, funções de hash, como SHA-256 e bcrypt, são aplicadas para armazenar senhas de forma irreversível, dificultando ataques como força bruta. O uso adequado desses algoritmos em sistemas (web) é essencial para garantir confidencialidade, integridade e autenticação das informações trafegadas e armazenadas(STALLINGS, 2020).

2.7.7 HTTPS (SSL e TLS)

Utilizar o protocolo HTTPS é indispensável para segurança de sistemas web, protegendo as informações dos usuários, as criptografando na origem. Krombholz et al. (2019) em sua pesquisa conclui que muitos usuários confundem os termos criptografia e autenticação, subestimam o poder de contenção do protocolo e desconfiados dos indicadores visíveis de segurança (como o cadeado que aparece nos navegadores).

2.7.8 Banco de dados

Informações são coletadas a todo momento, interações do usuário ao sistema geram dados e deve-se sobretudo armazenar essas informações. No mundo da tecnologia, para desenvolver esse papel utilizamos bancos de dados. São a forma encontrada para organizar os dados de um sistema. Contudo, esses banco de dados necessitam de aplicações que pára gerenciarmos, assim nasce o sistema gerenciador de banco de dados, os SGBD, seus papel principal é prover uma camada de acesso ao banco de dados, ele é responsável por, criar tabelas, inserir dados, modificá los, de forma geral ele é o meio pelo qual o usuário manipula os dados(ELMASRI; NAVATHE, 2016).

2.7.9 Banco de dados relacional

Em um banco de dados, relacional demonstra a abstração dos objetos em modelos que posteriormente em implementando em tabelas, onde cada linha representa um objeto no banco e a cada coluna um atributo. Para um banco de dados desse tipo é preciso se ter um identificador único para cada linha, no qual atribuímos o nome de chave primária. Também dentro das tabelas podemos encontrar colunas que fazem referência a chave primária de outras linhas, a ela damos o nome de chave estrangeira. É por maior dessas chaves que podemos relacionar linhas em diferentes tabelas(CORONEL; MORRIS, 2018).

2.7.10 Object Relational Mapping (ORM)

Object Relational Mapping (ORM) consistem em uma camada entre os banco de dados e os modelos da aplicação em questão. De forma simples, ele relaciona os atributos(colunas)

de uma tabela no banco de dados com os atributos de uma classe da aplicação, convertendo as linhas em objetos. Utilizando essa ferramenta, o desenvolvedor não necessita ter acesso direto ao banco, implementar inserções ou buscas(BAUER; KING; GREGORY, 2015).

2.8 Padrão MVC (Model, views e controller)

Nos primórdios do desenvolvimento as aplicações eram produzidas sobre a ideia de se concentrar os códigos em um único arquivos, essa forma de desenvolvimento gera aplicações monolíticas, difíceis de manter. Uma saída encontrada era dividir a aplicação onde havia uma separação lógica entre os componentes(LUCIANO; ALVES, 2017).

Muitos padrões subiram para resolver esse problema, dentre eles encontramos o padrão MVC (model, views e controle). Essa forma de desenvolvimentos visa um separação em camadas, são elas: model tem o papel de acessar ao banco de dados e interagir com os modelos, a camada de controle recebe as requisições e interações do usuário, à views recebe o processamento e exibe aos usuários(LUCIANO; ALVES, 2017).

2.9 Governo e a tecnologia

Como é apontado por Cristóvam, Saikali e Sousa (2020), ferramentas de tecnologia mudaram fortemente a sociedade e o poder público, sendo fundamental a incorporação de tais ferramentas ao funcionalismo público, visto que, a literatura traz áreas onde o uso de tecnologias já estão difundidas, no ambiente burocrático, fruto das iniciativas de desenvolver um Governo Eletrônico, posteriormente busca integrar cada vez mais a população, assim fundamentando as mudanças para um governo digital

2.9.1 Governo Eletrônico

Diniz et al. (2009) traz três principais atores para implementação de governo eletrônico: a alta cúpula de governo, integrada pelos entes responsáveis em conceber as diretrizes e políticas públicas adotadas, a alta cúpula local, composta pelos dirigentes das instituições executivas, sendo eles intermediários em sua posição de atuação pois estarem mais próximos dos cidadãos, e por fim a equipe técnica, esses detêm o conhecimento e os meios técnicos para a concepção de um governo eletrônico.

O governo eletrônico ou e-gov, se mostrou uma ferramenta poderosa para aproximar o setor público da população, estreitando as distâncias a ponto de facilitar o acesso às ações do governo, as políticas públicas e a comunicação. Outra função relevante, é a utilização como ferramenta avaliadora das políticas adotadas, aplicada nas mais diversas áreas. Um governo digital só é possível quando sua população tem acesso aos meios tecnológicos(GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005).

2.9.2 Governo Digital

Para além da adaptação, o setor público necessita incorporar as novas tecnologias. O cenário atual no Brasil mostra uma crescente adaptação às TICs, otimizando a relação com cidadãos. No setor público a parcela mais envolvida e que melhor vem se adaptando é o setor jurídico.(KREUZ; VIANA, 2018).

Conforme destacado em Patricio et al. (2024), ferramentas e tecnologias são essenciais para analisar os dados gerados por ferramentas como o disque 100 e 190, entretanto, o autor ressalta a necessidade de boas formas de captação dos dados. Ressalta-se também o poder que ferramentas digitais têm no gerenciamento do setor público, pautando as tomadas de decisão.

Automatizar processos permite em muitos contextos, que os funcionários se dediquem em funções que requerem atenção e intervenção humana direta. Assim, processos que podem ser automatizados, se tornam eficientes, especialmente no contexto do setor público (GALIMBERTI; LUCCA; RAMOS, 2024).

3 TRABALHOS RELACIONADOS

3.1 SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA CRAS E CREAS

O sistema apresentado por Amaral e Zahn (2018) consiste em uma ferramenta voltada ao gerenciamento das informações dos usuários da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O acesso direto à aplicação é realizado pelos funcionários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Para o desenvolvimento, o autor utilizou o próprio sistema SUAS como base para definição das informações, extraindo dos prontuários os dados considerados mais relevantes para as atividades diárias. O objetivo principal foi facilitar a execução das tarefas cotidianas dos técnicos, proporcionando maior eficiência e agilidade no atendimento.

A tecnologia escolhida para implementação foi a plataforma *ASP.NET*, com a linguagem C#, permitindo o acesso às informações de forma remota. Como sistema gerenciador de banco de dados, foi adotado o MySQL.

3.2 DESENVOLVIMENTO E USO DE UM SOFTWARE DE GESTÃO SOB A ÓTICA DAS DIMENSÕES ORGANIZACIONAL, TECNOLÓGICA E HUMANA EM EMPRESAS PÚBLICAS

Mota, Júnior e Freitas (2016) tem como objeto apresentar a proposta de um sistema, então unificado, para o controle de informação dos usuários de CRAS e CREAS na cidade de Viçosa-MG. Também é o objetivo deste artigo, descrever o processo da implementação dos sistemas nas cidades, analisando os fatores que levaram o sucesso na implementação, fatores como, gestão, organização, tecnologias, e sobretudo o fator humano. Como o artigo apresentado

antes, todos a sua idealização partiu das necessidades apresentadas pelos responsáveis do setor público na cidade referente às políticas de assistência social.

A proposta levantada se mostra muito relevante quando levamos em consideração as funcionalidades referentes ao gerenciamento de informações de CRAS e CREAS, contudo podemos ressaltar a falta de funcionalidades quando falamos de notificações se que mostrou uma parte importante para implementação no sistema, na cidade de Beberibe, e como sinalizado pela coordenação do necessário a todos os setores.

Em nenhum dos trabalhos citados acima encontramos funcionalidades que se propõe o recebimento das notificações, diferentemente da proposta levantada por esse artigo, onde se idealiza uma ferramenta com essas funcionalidades, somadas às funcionalidades de CRAS e CREAS, focando na produção de relatórios.

4 METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se de uma pesquisa de campo, em que dados, documentos e processos foram observados e estudados, com o objetivo de atingir as metas propostas. Neste sentido, cabe entender procedimentos relacionados à engenharia de software, sendo um dos mais importantes o levantamento de requisitos.

O levantamento de requisitos é uma etapa crucial no desenvolvimento de um sistema, pois é nela que inicia-se a compreensão como a aplicação deve funcionar e quais dados devem ser processados. Para adequar o sistema à realidade do município de Beberibe, fez-se necessário diálogo com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), responsável pela gestão dos CRAS, CREAS e outros órgãos de assistência social.

4.0.1 Levantamento de Requisitos

4.1 Ficha de Notificação

Nas primeiras reuniões com a SASC, recebemos a Ficha de Notificação, um documento utilizado para registrar notificações no âmbito municipal. A ficha, fornecida em formato PDF, continha campos específicos que refletiam a natureza das ocorrências. Analisamos esses campos e identificamos os tipos e valores padrão esperados. Como resultado, foram abstraídos 8 submodelos.

Para minimizar erros durante o uso da funcionalidade de notificação, alguns atributos foram definidos como obrigatórios, garantindo a consistência dos dados inseridos.

4.2 CRAS e CREAS

A construção dos modelos relacionados ao CRAS e CREAS seguiu um processo diferente. A SASC já havia informatizado o acompanhamento das atividades dessas instituições. Em nossa reunião com a coordenadora da Vigilância Socioassistencial, recebemos duas tabelas em Excel que serviram de base para abstrair os modelos e os campos necessários.

Durante essa conversa, identificamos os tipos de campos mais adequados ao contexto do sistema. Discutimos as principais falhas cometidas pelos usuários. Com essas informações, definimos estratégias para reduzir falhas. Dessa análise, foram abstraídos dois modelos principais, distribuídos em 20 tipos. Assim como na Ficha de Notificação, alguns campos foram marcados como obrigatórios.

Após o levantamento de requisitos, passamos para a definição das funcionalidades. Essa etapa foi baseada na criação de cenários, com reuniões diárias realizadas ao longo de um mês. Com os requisitos e cenários definidos, iniciamos a pesquisa para selecionar as melhores ferramentas de desenvolvimento.

4.3 Definição das Ferramentas

Após o levantamento de requisitos e a construção dos cenários, inicia-se a pesquisa com o intuito de encontrar as melhores ferramentas para o desenvolvimento da aplicação. O cenário no qual o desenvolvimento está inserido possui três principais pontos: tempo de desenvolvimento, infraestrutura própria e simples e número reduzido de desenvolvedores. Neste contexto, elencamos três ferramentas, *Django* e *Bootstrap* no desenvolvimento e (Nginx) (versão 2.2) e Unicorn (versão 21.2.0), para a infraestrutura de execução. O método de desenvolvimento escolhido foi o Scrum, pois este método tem como principal ponto forte a construção mediante demanda e mediante alterações frequentes.

Os critérios para desenvolvimento do sistema foram pautados nas necessidades do setor público, visando o pouco tempo de desenvolvimentos, o número limitado de desenvolvedores e estrutura disponível, elencamos três pontos principais para pesquisa das ferramentas, são eles: tempo de desenvolvimento, escalabilidade e desempenho.

4.3.1 Django



Figura 5 – Logo do *framework* de desenvolvimento web *Django* disponibilizada em seu site.

Fonte: <<https://www.djangoproject.com/community/logos/>>.

Para o desenvolvimento do sistema web, optamos pela utilização do *framework* de desenvolvimento *Django* na sua versão 4.1.6. *Django* é um *framework* desenvolvido em Python, tendo como proposta principal ser ágil e de fácil utilização. Onde em pouco tempo de desenvolvimento um sistema pode ser entregue ⁵.

⁵ <https://www.djangoproject.com/>

Devemos salientar que a linguagem Python utilizada no desenvolvimento foi a 3.9.2. O *Django* possui uma curva de aprendizado inferior aos outros frameworks como Laravel, Ruby On Rails e Spring. Quando comparados os 14 critérios base levantados, vemos a proximidade entre os *frameworks* analisados, havendo uma diferença significativa quando comparados os 11 critérios adicionais (KALUŽA; KALANJ; VUKELIĆ, 2019).

O *Django* já conta com ferramentas prontas que implementam as principais funcionalidades que um sistema como o proposto e tantos outros necessitam. Ferramentas como autenticação, permissões de acesso a determinados usuários, controle de acesso por grupos, já fazem parte da estrutura do *framework*⁶.



Figura 6 – A logo oficial da linguagem de programação *Python*.

Fonte: <www.python.org>.

Levamos em consideração o critério da linguagem na qual a ferramenta foi desenvolvida. Python é uma linguagem de fácil entendimento, com curva de aprendizagem menor, se comparado a outras linguagens, seu dinamismo e as inúmeras bibliotecas desenvolvidas, principalmente para o trabalho com dados. São esses alguns pontos levantados por Idris, Foozy e Shamala (2021).

4.3.2 HTML, CSS, JavaScript, Bootstrap



Figura 7 – As três linguagens principais no desenvolvimento web.

Fonte: <[As três linguagens HTML, CSS e Javascript são os pilares do desenvolvimento web, são tecnologias que servem de base para outras tecnologias que são utilizadas no mercado. Cada ferramenta tem uma função específica nos projetos, como por exemplo o HTML que estrutura a página fortalecendo a semântica. Em sua mais nova versão o HTML5, novas tags foram](https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.sitepoint.com%2Fcommunity%2F%2Fwhat-is-the-official-javascript-logo%2F365775&psig=AOvVaw2RZ6-rY68P6gZ9-15G6wqG&ust=1751677213947000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBUQjRxqFwoTCJJI9aeAoo4DFQAAAAAdAAAAABAK.>></p>
</div>
<div data-bbox=)

⁶ <https://docs.djangoproject.com/en/5.1/>

apresentadas implementando funções antes adaptadas. Já o CSS, torna o visual atrativo, e em versões mais novas é possível adaptar o conteúdo para cada formato de tela (JAIN et al., 2024).

A utilização de *framework* front-end traz vantagens quando se comparado com o desenvolvimento do zero. Pontos como, economia de tempo, padronização, desempenho, escalabilidade, confiabilidade, são algumas vantagens levantadas pelo estudo que comparou os *framework* Bootstrap e Funtion (LAAZIRI et al., 2019).

Alguns critérios foram decisivos ao se optar por utilizar o Bootstrap. São eles: estabilidade, compatibilidade com versões anteriores, estabilidade e sobretudo uma comunidade ativa. Que as características do desenvolvimento da proposta são extremamente relevantes. Nessa proposta foi utilizado o *framework* Bootstrap 5, para ser mais preciso a versão 5.2.1. Pois era a versão mais nova e estável, no momento que foi iniciado o estudo para o desenvolvimento.



Figura 8 – Logo do *framework* de desenvolvimentos de interfaces responsivas, em sua versão 5. Essa versão da logo não possuiu o nome do *framework*.

Fonte: <<https://getbootstrap.com/docs/5.3/about/brand/>>.

A utilização dessas ferramentas em conjunto com o *Django* é fundamental para o desenvolvimento da proposta, pois tais tecnologias, serão usadas na produção das peças. Com fins de simplificação, vamos utilizá-las sem adição ou utilização de um *framework* de front-end. Optou-se por utilizar a biblioteca Bootstrap, esta ferramenta consiste em um conjunto de arquivos de estilo e Javascript, que implementam diversos componentes da interface de usuário.

4.4 Método de Desenvolvimento

Para o desenvolvimento do sistema, adotou-se uma abordagem baseada em métodos ágeis. Essa escolha se deu pela necessidade de adaptações frequentes no sistema, diante da complexidade observada durante o levantamento de requisitos e das constantes mudanças nas demandas dos setores envolvidos na Assistência Social do município de Beberibe. As atividades foram organizadas em ciclos iterativos, com reuniões frequentes entre os envolvidos para revisão das funcionalidades implementadas, ajustes nos requisitos e planejamento das próximas tarefas. A coleta e validação dos requisitos ocorreram por meio de entrevistas com os profissionais da área, análise documental e observação prática das rotinas de trabalho, permitindo um alinhamento contínuo entre o sistema e a realidade dos usuários. O número reduzido de desenvolvedores também influenciou na escolha por uma abordagem flexível, favorecendo entregas incrementais e testes contínuos.

5 RESULTADOS

Nesta seção encontram-se os resultados das fases de levantamento de requisitos, com a abstração e implementação dos modelos gerados, culminando no protótipo do sistema, disponibilizado ao município na forma de um produto mínimo viável. Também discute-se a estrutura disponível e o processo da entrega do sistema ao município de Beberibe.

5.1 Levantamento de requisitos e abstração dos modelos

Após o levantamento de requisitos, modelos e relacionamentos foram criados, abstraindo as informações necessárias para o sistema. Os modelos implementados em Django refletiram as informações contidas na Ficha de Notificação física e as tabelas do Google Sheets utilizadas no acompanhamento das atividades do referenciamento de CRAS e CREAS.

5.1.1 *Ficha de Notificação*

A Ficha de notificação física, idealizada pela SASC é dividida em sessões, onde cada seção, tem como papel abordar as informações referentes as seções na notificação, como por exemplo, a seção nomeada vítima, como o próprio nome sugere, função aglutinar as informações da vítima, como nome, idade local onde moram e outras. Tal formato de dados foi norteadado para a estrutura usada no sistema.

Com isso, foram implementados modelos correspondentes às sessões da ficha, posteriormente um modelo centralizador foi criado, a esse modelo denominado Notificação, possuindo atributos do tipo chave estrangeira para cada submodelo dentro da notificação. A escolha dessa estruturação, visou a modularidade, assim permitindo que futuramente, partes da ficha sejam alteradas sem perder os valores anteriores, mantendo assim um histórico dos dados.

5.1.2 *Referenciamento em CRAS e CREAS*

As implementações e base para o referenciamento em CRAS e CREAS, partiram das informações captadas nas tabelas do Google Sheets. A criação e abstração dos membros e funcionalidades referentes a esses equipamentos, os quais, onde ao final de cada mês, esses dados serão repassados ao estado. As informações contidas nesses modelos de referenciamento, foram divididas em suas partes, na primeira foi implementado um cadastro da família, contendo informações gerais da família, e no caso de CREAS optou-se em criar um modelo que apresenta individualmente os membros da família. Pois o funcionamento desse órgão é mais direcionado aos membros, diferentemente do CRAS que observa a unidade familiar. Tal como a notificação, as tabelas de referenciamento, eram divididas em grupos de informações. Assim, a implementação dos modelos segue essa lógica.

Na segunda parte estão os modelos com múltiplos objetos fazendo referência a apenas um, implementado uma relação um para muitos. Um exemplo para esse caso é o modelo de

Estrutura das Relações de Notificação

Carlos Sergio da Silva Fernandes | January 16, 2025

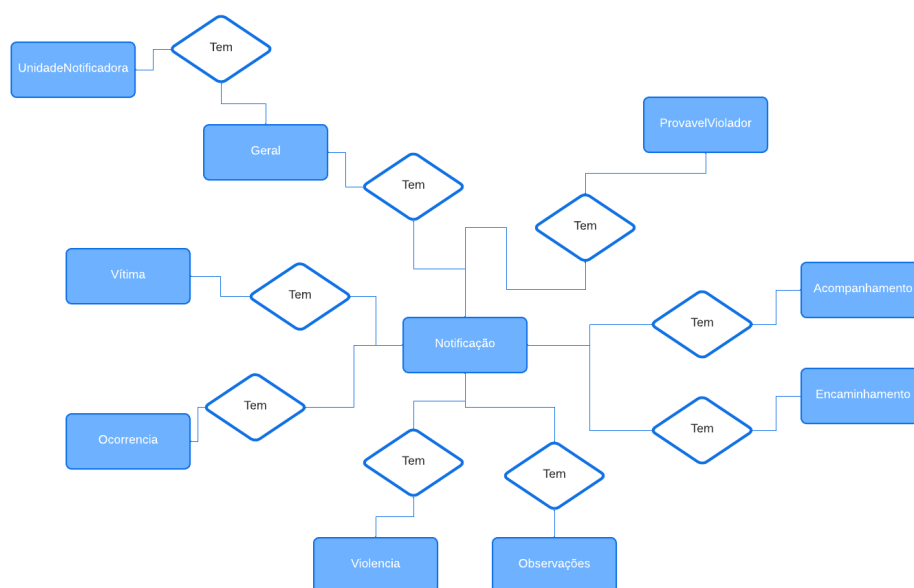


Figura 9 – Essa imagem demonstra as relações entre os modelos que foram desenvolvidos para a implementação da ficha de notificação. A imagem acima não demonstra com exatidão as relações, apenas a ideia proposta.

Fonte: Autor.

Atendimento. Sendo necessário se manter o histórico de todos os atendimentos realizados para com uma família ou indivíduo.

5.2 Estrutura dos grupos

Como foi levantado na fase de projeto, algumas partes do sistema devem ter acesso restrito, e tomamos essa ideia como um dos pontos norteadores para o desenvolvimento. Para que isso fosse possível é preciso a implementação de grupos e assim adicionar os usuários a esses grupos.

A aplicação que leva o nome de “notificação” implementa as funções e funcionalidades referentes a Ficha de Notificação, tendo como maior funcionalidade a criação de novas fichas. O setor ressaltou a necessidade que o acesso a criação e ainda mais a visualização após o envio do formulário ela restrito, assim o sistema só permite o acesso a tela do formulário de notificação os usuários que se encontram no grupo de Notificadores, e a visualização dos formulários enviado apenas aos usuários pertencentes ao grupo “Coordenador”. O Django com uma ferramenta poderosa, já implementa a criação de grupos, podemos assim adicionar os usuários a esses

Estrutura das Relações de Modelos Do Referenciamento de CRAS

Carlos Sergio da Silva Fernandes | July 4, 2025

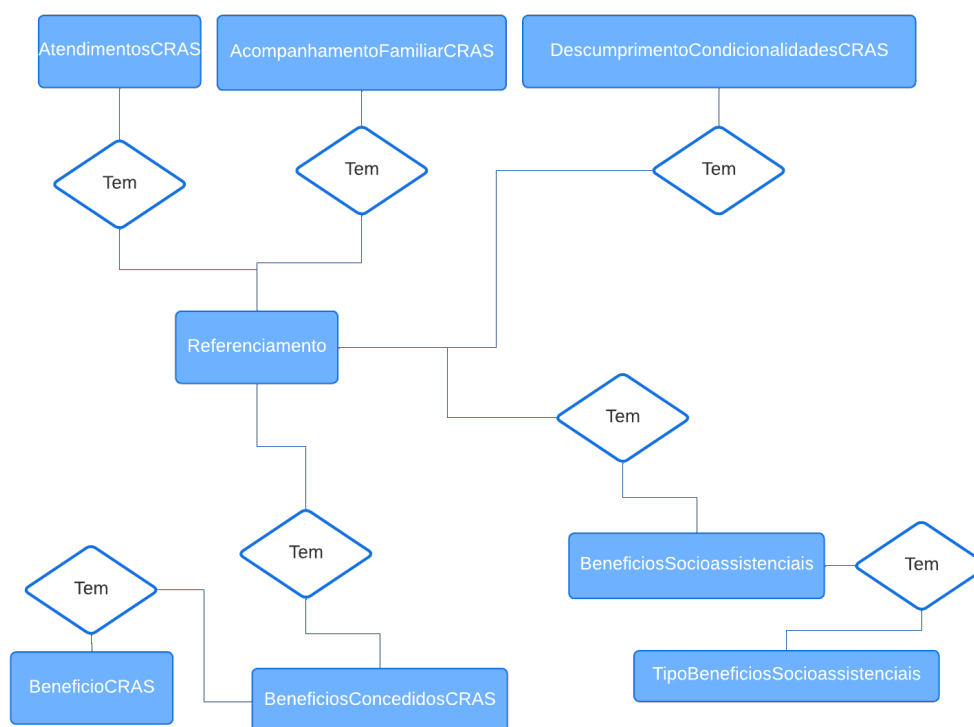


Figura 10 – Essa imagem demonstra as relações entre os modelos que foram idealizados para o referenciamento de CRAS é possível identificar na imagem um modelo central, denominado “Referenciamento”, tal modelo implementa as informações necessárias para o cadastro no CRAS. Os demais modelos estão relacionados diretamente ao “Referenciamento”. A imagem acima não demonstra com exatidão as relações, apenas a ideia proposta.

Fonte: Autor.

grupos, e a esses grupos atribuir permissões. Para que isso fosse possível os seguintes grupos foram criados, são eles:

- CRAS – Integram o corpo de funcionários que prestam serviço nas unidades de CRAS;
- CREAS - Integram o corpo de funcionários que prestam serviço nas unidades de CREAS;
- Notificador – Podem realizar a notificação dos casos no sistema. Os usuários que integram esse grupo têm acesso apenas à página de notificação sendo permitido apenas a criação de novas fichas;
- Técnico – Os usuários integrantes desse grupo são todos os usuários do sistema que são técnicos nas unidades que prestam serviço, seja ela CRAS ou CREAS;
- Coordenador CRAS – Indivíduos que atuam como coordenador da unidade de CRAS;

Estrutura das Relações de Modelos Do Referenciamento de CREAS

Carlos Sergio da Silva Fernandes | July 4, 2025

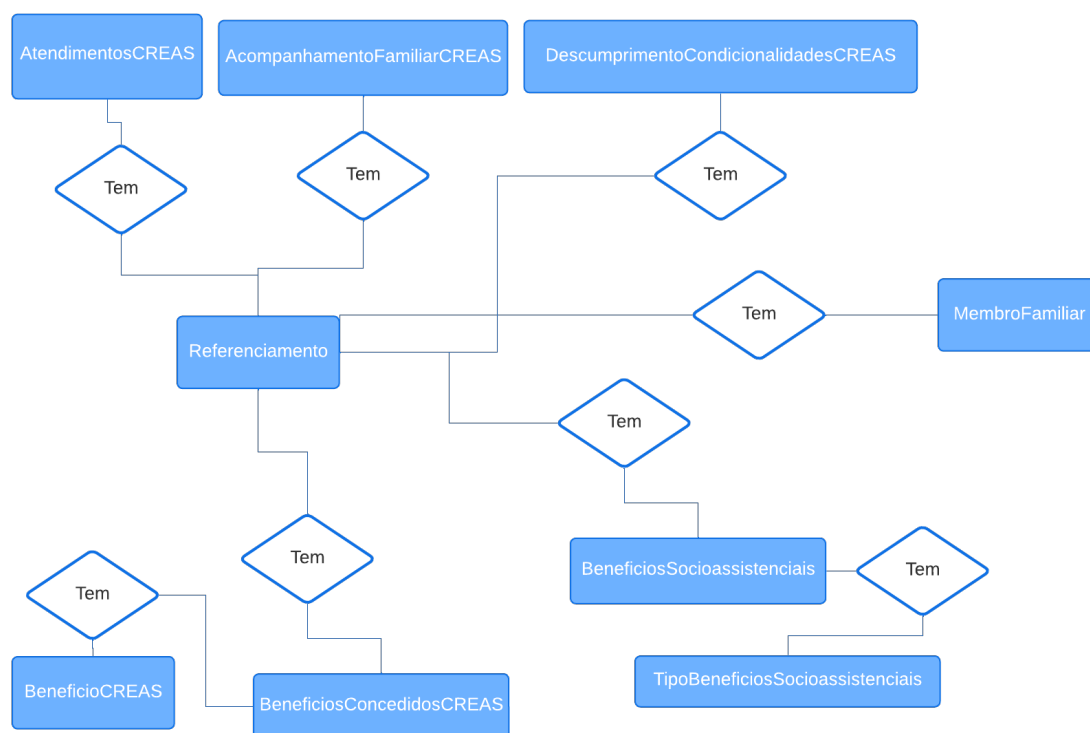


Figura 11 – Essa imagem demonstra as relações entre os modelos que foram idealizados para o referenciamento de CREAS. É possível identificar na imagem um modelo central, denominado “Referenciamento”, tal modelo implementa as informações necessárias para o cadastro no CREAS. Os demais modelos estão relacionados diretamente ao “Referenciamento”. A imagem acima não demonstra com exatidão as relações, apenas a ideia proposta. Semos salientar que para o CREAS, houve adição de um denominado “MembroFamiliar”, as necessidades da instituição pedia tal modificação.

Fonte: Autor.

- Coordenador CREAS – Participam desse grupo os indivíduos que atuam como coordenador da unidade de CREAS;
- Coordenador – É participante do grupo de coordenador a pessoa responsável pela coordenação das unidades socioassistenciais no município no qual o sistema está implementado;
- Secretário – Participa desse grupo o usuário que representa o secretário, ou secretária, da secretaria responsável pela coordenação do sistema;
- Prefeito – Adicionamos a esse grupo o representante do poder executivo do município no qual o sistema é usado.

O município de Beberibe tem uma extração territorial que se adequa no perfil B para a norma de unidades de CRAS. Com esse perfil a cidade possui o número de três unidades de CRAS

em sua extensão, sendo eles espalhados por todo o território municipal. É de competência das unidades atender os moradores das regiões delimitadas pelo órgão municipal, sendo distribuído da seguinte maneira. CRAS Litoral I, situado na sede municipal. CRAS Litoral II situado no distrito de Paripueira. CRAS Sertão, situado no distrito de Serra do Felix. Para que os sistemas reflitam da realidade no município, obtemos por criar mais três grupos, são eles:

- CRAS Litoral I – Usuários que atuam no CRAS Litoral I;
- CRAS Litoral II – Usuários que atuam no CRAS Litoral II;
- CRAS Sertão - Usuários que atuam no CRAS Sertão.

Devemos ressaltar que qualquer usuário que necessita ter acesso às informações e funcionalidades do CRAS em que atua, é preciso adicioná-lo ao grupo referente ao seu CRAS.

5.3 Aplicação em ambiente de produção

Aplicações desenvolvidas em *Django* mostraram-se rápidas e flexíveis, estes pontos foram decisivos na escolha dessa tecnologia, dado que a mesma atende a proposta levantada. Contudo, quando buscamos a implantação de sistema como esse em produção, a literatura e documentação da tecnologia nos mostra que o cenário ideal para a disponibilização da plataforma, é ser servida por trás de uma camada que ofereça segurança e confiança na execução.

Muito se fala da adoção do servidor *Nginx* para a implementação de sistemas com essa característica. já que aplicações *Django* nativamente não podem ser disponibilizadas com a camada de segurança oferecida pelo protocolo HTTPS, tendo em vista que o servidor de desenvolvimento do *Django* não foi projetado para isso.

A literatura e o mercado vêm cada dia mais consolidando o servidor *Nginx*, incentivando o uso do mesmo. Sendo ele uma aplicação de fácil configuração e muito poderoso é uma ferramenta amplamente utilizada para implementação de sistemas em produção. O *Nginx* funciona muito bem com os mais diversos frameworks utilizados atualmente, e sua integração com as aplicações em *Django*, é simples na configuração, e rapidamente o deploy é finalizado e o sistema está disponível para uso (IDRIS; FOOZY; SHAMALA, 2021).

No cenário adotado por essa proposta, o *Nginx* recebe a função de servir aos clientes os arquivos estáticos da aplicação. O *Django* se refere a arquivos estáticos, todo e qualquer arquivo que não serão modificados durante o processamento da requisição, sendo os arquivos mais comuns, arquivos de folha de estilo, scripts em Javascript, imagens e pdfs.

Ficando como papel principal da aplicação *Django*, o processamento das requisições que não solicitam arquivos estáticos, sendo essas requisições que necessitam de consulta ao banco de dados, processamento das templates para geração do HTML, requisições recebidas pela api e o processamento e geração de novas imagens, que posteriormente serão disponibilizadas para ser solicitada ao *Nginx* como arquivos estáticos.

Para que todo o cenário proposto e o software sejam então implementados e ocorra a disponibilização das plataformas, é necessário o acesso a um servidor propriamente dito, uma máquina que possa ser configurada para receber o sistema e então disponibilizar o produto aqui proposto.

Em qualquer outra circunstância, seria provável a adoção de um serviço *web* no qual oferta a plataforma de servidores, para o estabelecimento do sistema em questão. No entanto, no contexto que essa proposta é concebida, sendo idealizada e construída dentro de um órgão público, que dispõe de uma infraestrutura própria, faz sentido a disponibilização de uma parcela mínima da infraestrutura disponível para se implementar o sistema e então disponibilizá-lo aos usuários.

5.4 Entrega do sistema ao órgão municipal

Era necessário realizar o cadastro das famílias no sistema. Segundo os dados levantados pela SASC, havia um total de mais de 4000 famílias cadastradas nos CRAS, quando no CREAS o valor era menor, pouco mais de 400 famílias. Com valores tão altos no CRAS, não era viável o cadastro manual pelos funcionários das instituições. As inconsistências encontradas nas tabelas no Google Sheets, se mostraram um problema, pois deveriam ser trabalhadas, levando tempo. A saída encontrada foi migrar as informações contidas no CadÚnico. Para que a migração fosse realizada, a SASC disponibilizou os dados em um arquivo CSV. Após o levantamento e comparação dos campos dos modelos e os campos do arquivo CSV, um script foi elaborado para realizar a migração.

Optou-se por entregar o sistema em duas etapas. Na primeira etapa foi disponibilizado aos usuários de CRAS CREAS, logo após a finalização dos modelos, a estruturação dos atributos e implementação das funcionalidades de manipulação, onde possibilitou-se a utilização, iniciando a migração da planilha Google Sheets para o SISVS.

Quando falamos de notificação, os modelos referentes a essa aplicação, foram finalizados após as várias reuniões e as funcionalidades foram implementadas. Viabilizando a utilização dessa ferramenta por todos os equipamentos que compõem a rede de vigilância socioassistencial.

Na segunda etapa, as funcionalidades entregues foram para melhoria no acompanhamento das ações realizadas nos CRAS e CREAS e uma melhor visualização das notificações. Focando nas funcionalidades de produção do Relatório Mensal de Atendimento, RMA.

Os CRAS e o CREAS, receberam workshop para melhor compreender as funcionalidades e como utilizá-las, esses equipamentos teriam um papel maior dentro do sistema, tendo acesso a mais funcionalidades se compararmos os equipamentos notificadores. Preparar os equipamentos se mostrou muito importante, já que em alguns locais os funcionários apresentaram receio em trocar de ferramenta, entendendo como aumento da carga de trabalho percebida.

A adoção de ferramentas tecnológicas tem um elevado potencial de modificar o setor público, tornando eficiente a aproximação com cidadãos. Os principais desafios para adoção dessas ferramentas e o recurso humanos tendo em vista a resistência à mudança, outro aspecto é o

poder financeiro das instituições. Problemas esses que também encontramos no desenvolvimento do SISVS (MATUSSE, 2023).

5.5 Telas do Sistema

Nessa sessão vamos apresentar as telas do sistemas, suas nuances, funções e as diferenças em algumas tela com base no perfil do usuário.

Na Figura 12, apresenta-se a tela de home do SISVS, sem que o usuário tenha realizado login.

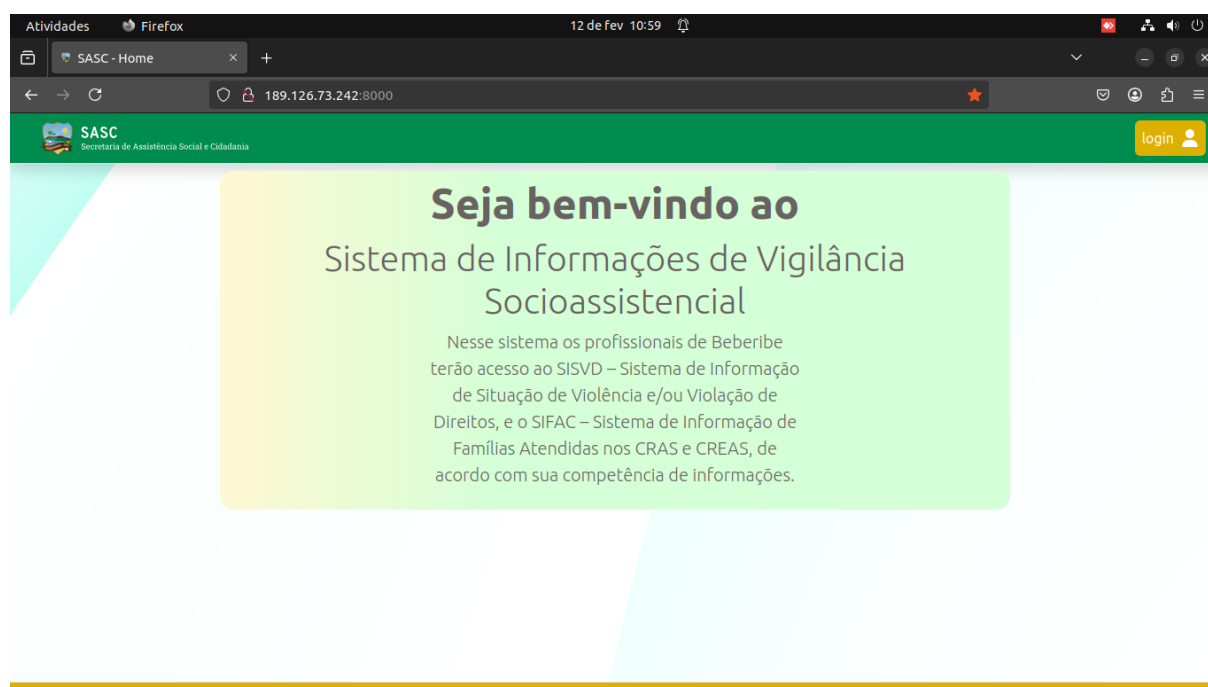


Figura 12 – Tela de home SISVS, quando o usuário não tenha realizado o login.

Fonte: Autor.

Na Figura 13, apresenta-se a tela de home do SISVS, após o usuário realizar o login. Nesse caso, o usuário pretencia a quase todos os grupos exerto, os de coordenador das unidades. Podemos visualizar várias funcionalidades disponíveis para ele.

Na Figura 14, apresenta-se a tela de funcionalidades referentes à CRAS. O usuário tem acesso a essa página, quando adicionado aos grupos de "CRAS".

Na Figura 18, essa tela consiste na funcionalidade de inscrição de notificação, só está disponível para os usuários que estão no grupo de "Notificador".

Na Figura 19, nessa tela podemos ver algumas funções referentes a manipulação das notificações, seja alterar-la, apagar ou visualização. É importante pontuar que essa tela e suas funções, só estão disponíveis aos integrantes do grupo de "coordenação".

5.6 Reconhecimento na esfera estadual

O sistema foi apresentado na 3ª mostra de experiências exitosas em vigilância socioassistencial do estado do Ceará, a comissão avaliou como ótima experiência na área. Tornando um



Figura 13 – Tela de home SISVS, quando o usuário realiza o login.

Fonte: Autor.

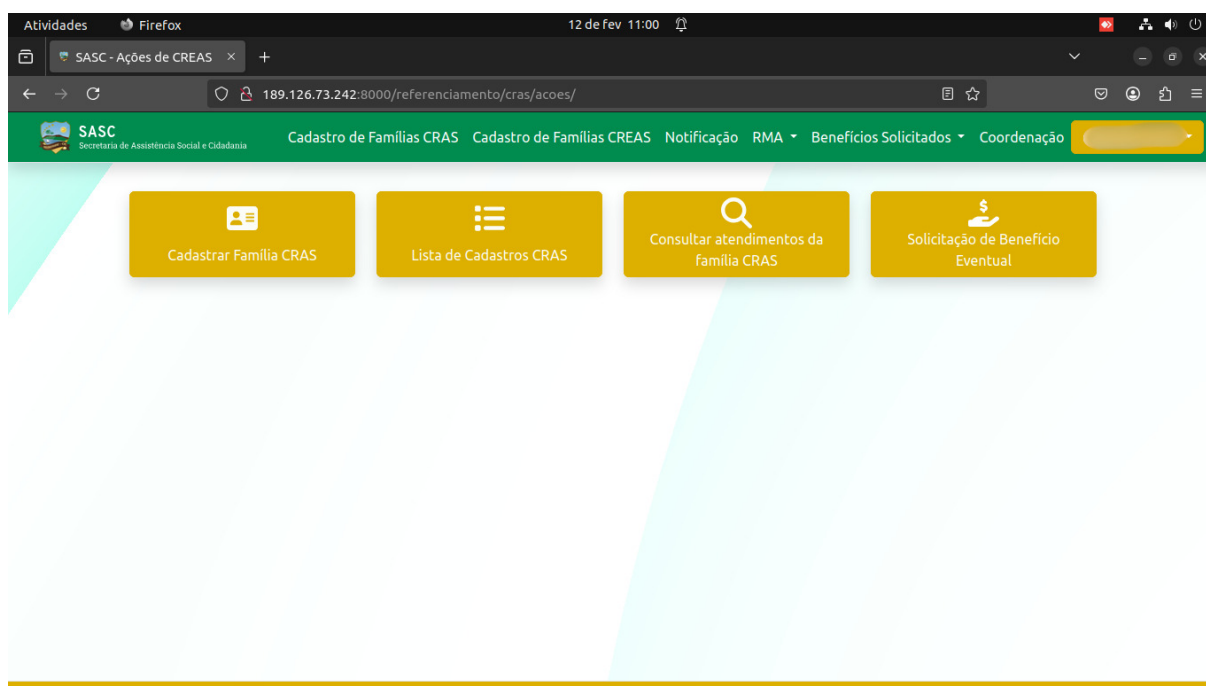


Figura 14 – Tela de funcionalidades do CRAS.

Fonte: Autor.

referencial para os demais municípios cearenses.

Cadastro da Família no CRAS

Dados Gerais da Família

Data de Cadastro* CRAS de Referência* Família já Foi Atendida?* Possui Prontuário?*

Responsável Legal da Família* Data de Nascimento* Membro Comunidade Tradicional?* No caso de outros, qual?

Possui Documento?* RG CPF NIS

Contato* Distrito* Localidade* Endereço*

Quantidade de Membros na Família

Registrar a quantidade de indivíduos por faixa etária

0 a 3 anos 3 a 6 anos 7 a 11 anos 12 a 17 anos 18 a 59 anos Acima de 60 anos

Figura 15 – Tela de cadastro de referenciamento do CRAS.

Fonte: Autor.

SASC - Listagem de Cadastrados no CRAS

Nome para busca

Página 1 de 2360 [Próxima »](#)

RESPONSÁVEL FAMILIAR	Ações
RESPONSÁVEL FAMILIAR: A	
RESPONSÁVEL FAMILIAR:	
RESPONSÁVEL FAMILIAR: /	
RESPONSÁVEL FAMILIAR: /	
RESPONSÁVEL FAMILIAR	
RESPONSÁVEL FAMILIAR	
RESPONSÁVEL FAMILIAR	
RESPONSÁVEL FAMILIAR	
RESPONSÁVEL FAMILIAR	
RESPONSÁVEL FAMILIAR	

Figura 16 – Tela de listagem de cadastros no CRAS.

Fonte: Autor.

Registro Mensal de Atendimentos - 2/2025
CRAS Sede

Por padrão o mês e ano escolhido para busca e o corrente, caso deseje buscar por outro mês ou ano, você deve informar nos campos de seleção ao lado

dd/mm/aaaa **Buscar**

Bloco I - Famílias em acompanhamento pelo PAIF
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF

#	Descrição	Total
A1	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	
A2	Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	
A3	Famílias desligadas do Acompanhamento PAIF	

B. Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência

#	Descrição	Total
B1	Famílias em situação de extrema pobreza	

Figura 17 – Tela de RMA de CRAS.

Fonte: Autor.

Inscrição de notificação

Dados Gerais

Data da Notificação* dd/mm/aaaa
 Unidade Notificadora*
 Nome da unidade*

Dados da Vítima

Nome da vítima*
 Nome Social da Vítima
 Data de Nascimento da Vítima dd/mm/aaaa
 Ciclo de Vida da Vítima*

Distrito de Residência da Vítima*
 Localidade da Residência da Vítima
 Endereço (Logradouro e Número) da Vítima Ex: Rua X,nº XX
 Complemento e Ponto de Referência Ex: Ao lado ...

Identidade de Gênero da Vítima*
 Outro Gênero
 Raça/Cor da Vítima*
 Documento Usado*

Documento da Vítima
 A Vítima Encontra-se Gestante?*

Situação Conjugal/Estado Civil*
 Sexualidade da Vítima*

Se Outra Sexualidade, Qual?
 Nome da Mãe (ou Responsável Familiar no CADÚNICO)
 Nome Social da Mãe(ou Responsável Familiar no

Figura 18 – Tela de inscrição de notificações.

Fonte: Autor.

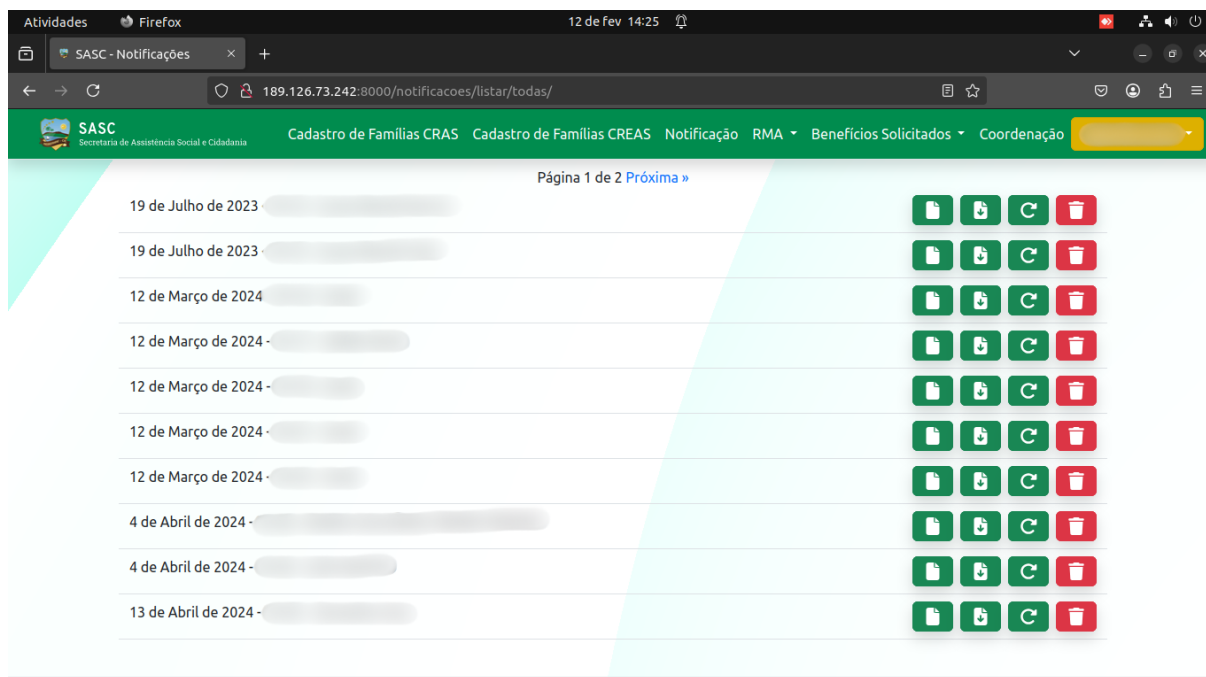


Figura 19 – Tela de listagem das notificações enviadas.

Fonte: Autor.

Figura 20 – Tela de detalhamento da notificação.

Fonte: Autor.

6 CONCLUSÃO

O mundo está cada vez mais digitalizado, processos antes realizados em papel foram informatizados. Devemos buscar ferramentas que auxiliem o poder público nas tomadas de decisões, recolhendo dados, gerando relatórios, meios que permitam aos cidadãos se aproximar do Estado. Esse pensamento vai de encontro com a cultura do governo digital, como é apresentado por Kreuz e Viana (2018).

Há muitas ferramentas que auxiliam os desenvolvedores a produzir sistemas web, seja para o setor privado como empresas ou setor público municipal, estadual ou federal. *OframeworkDjango* é excelente para desenvolver ferramentas modernas, flexíveis e ágeis. Sendo ele desenvolvido em Python, todo o poder em lidar com dados é oferecido pela linguagem e suas bibliotecas.

O SISVS teve seu desenvolvimento focado nas necessidades estruturais do município de Beberibe - ce, contudo esse sistema seria facilmente replicado em qualquer município, necessitando apenas de pequenas alterações para se encaixar na realidade do local. As funcionalidades referentes à ficha de notificação, foram rapidamente aceitas pela rede de apoio, tendo sua adoção em pouco tempo após a implementação.

A proposta foi desenvolvida sobre algumas dificuldades, tais como, número de pessoas, infraestrutura mínima, tempo para desenvolvimento reduzido, sem acessos a serviços simples como DNS, precisando se adequar às infraestruturas municipais a essa realidade. Outro ponto que podemos ressaltar é a dificuldade na implantação, quanto aos usuários do sistema, que apresentaram resistência em usar, mas que ao longo do tempo, foi se diluindo.

O número de erros ao se preencher os referenciamentos reduziu com a utilização do sistema, com foi apontado pela vigilância social assistencial. Para os casos onde encontramos erros, o sistema permite rastrear o usuário que tinha cometido a falha e informá-lo para correção.

Podemos concluir que sistemas (web) tem grandes possibilidades quando aplicados ao setor público, disponibilizando ferramentas e funções que deixam o trabalho eficiente, economizando tempo, e recursos. O estudo, desenvolvimento e implementação de ideias como essa são demoradas e apresenta alguns problemas, seja pela falta de estrutura pública, pessoal qualificado para o desenvolvimento ou a falta recursos destinados à produção de sistemas, principalmente quando falamos da esfera municipal.

Outro aspecto observado é a dificuldade para se avaliar o impacto direto da ferramenta nas instituições municipais, devido ao pouco tempo de implantação. Sendo importante o desenvolvimento de métricas para se avaliar, o uso do SISVS como ferramenta principal de produção de relatórios referentes às produções mensais das instituições.

7 TRABALHOS FUTUROS

As ferramentas digitais são cada vez mais indispensáveis tanto em ambientes privados quanto públicos, especialmente aquelas voltadas para a coleta de dados, que servem como base

para a formulação de políticas e projetos. O setor tem passado por um processo contínuo de modernização.

O presente estudo contou com um tempo reduzido para avaliar o impacto da ferramenta desenvolvida. Para trabalhos futuros, seria interessante realizar um estudo aprofundado sobre os resultados da ferramenta no fluxo de trabalho. Além disso, recomenda-se a análise de melhorias nos formulários, buscando minimizar erros cometidos pelos usuários, bem como estudos sobre sua usabilidade e possíveis aprimoramentos.

Devido ao tempo de desenvolvimento não podia realizar testes de usabilidade, com isso levantamos uma possibilidade de trabalho futuro, a realização de testes de usabilidade. O sistema foi implementado recentemente, uma boa ideia de estudo é a avaliar métricas de impacto, no entanto entender os ganhos para o município no qual foi implementado. Melhorar estrutural para estender a ferramenta a outras prefeituras com estudo de caso.

Outro ponto relevante é a viabilidade da unificação dos cadastros das instituições de CRAS e CREAS, o que poderia contribuir para um melhor acompanhamento das famílias pela Vigilância Socioassistencial.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. B.; ZAHN, J. d. O. **Sistema de gerenciamento para CRAS e CREAS**. Niterói, RJ, 2018. Disponível no repositório da UFF.
- BAUER, C.; KING, G.; GREGORY, G. **Java Persistence with Hibernate**. 2. ed. Shelter Island, NY: Manning Publications, 2015. ISBN 978-1-61729-045-9.
- BOFF, R. A.; CABRAL, S. M. Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 38, p. 71–88, 2023.
- BROGNOLI, T. da S.; FERENHOF, H. A. Transformação digital no governo brasileiro: desafios, ações e perspectivas. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), n. 10, p. 73, 2020.
- CASTRO, J. A. d. O.; AQUINO, L. M. C. d. O.; ANDRADE, C. C. d. O. Juventude e políticas sociais no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.
- COLAÇO, S. **A história de um povo: diversidade e identidade cultural**. [S.l.]: Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.
- CORONEL, C.; MORRIS, S. **Database Systems: Design, Implementation, and Management**. 13. ed. Boston: Cengage Learning, 2018. ISBN 978-1-337-62790-0.
- COULOURIS, G. et al. **Sistemas Distribuídos: Conceitos e Projeto**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ISBN 978-85-8260-060-1.
- CRISTÓVAM, J. S. d. S.; SAIKALI, L. B.; SOUSA, T. P. d. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, SciELO Brasil, p. 209–242, 2020.
- DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, SciELO Brasil, v. 43, p. 23–48, 2009.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Fundamentals of Database Systems**. 7. ed. Boston: Pearson, 2016. ISBN 978-0-13-397077-7.

FOME, M. do Desenvolvimento Social e C. **Publicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, DF: Gráfica Brasil, 2009. Coordenação Editorial: Monica Rodrigues, Marcelo Rocha. Textos: Richelly Ferreira. Editoração Eletrônica: Alessandro Mendes, Maitê Prado. Fotografias: Bruno Spada – ASCOM/MDS. Tiragem: 5.000 exemplares. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.

GALIMBERTI, M. F.; LUCCA, J. E. D.; RAMOS, V. Gestão e automação de processos: Pesquisa-ação em universidade pública. In: SBC. **Workshop de Computação Aplicada em Governo Eletrônico (WCGE)**. [S.l.], 2024. p. 26–36.

GOMES, D. et al. Uma plataforma digital para visualizar dados e indicadores do programa ceará sem fome. In: **Anais do XII Workshop de Computação Aplicada em Governo Eletrônico**. Porto Alegre, RS, Brasil: SBC, 2024. p. 111–120. ISSN 2763-8723. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/wcge/article/view/29531>>.

GUIMARÃES, T. d. A.; MEDEIROS, P. H. R. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos ebape. br**, SciELO Brasil, v. 3, p. 01–18, 2005.

HOEPERS, C. A importância dos fatores humanos para a cibersegurança. **Computação Brasil**, n. 52, p. 61–66, 2024.

IDRIS, N.; FOOZY, C. F. M.; SHAMALA, P. A generic review of web technology: Django and Flask. **International Journal of Advanced Science Computing and Engineering**, v. 2, n. 1, p. 34–40, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.62527/ijasce.2.1.29>>.

JAIN, R. et al. Modern web development using css & html. **International Journal of Emerging Science and Engineering**, v. 12, n. 6, p. 13–16, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.35940/ijese.G2574.12060524>>.

KALUŽA, M.; KALANJ, M.; VUKELIĆ, B. A comparison of back-end frameworks for web application development. **Zbornik veleučilišta u rijeci**, Polytechnic of Rijeka, v. 7, n. 1, p. 317–332, 2019.

KREUZ, L. R. C.; VIANA, A. C. A. 4ª revolução industrial e governo digital: exame de experiências implementadas no brasil. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Universidad Nacional del Litoral, v. 5, n. 2, 2018.

KROMBHOLZ, K. et al. "if https were secure, i wouldn't need 2fa- end user and administrator mental models of https. In: **2019 IEEE Symposium on Security and Privacy (SP)**. [S.l.: s.n.], 2019. p. 246–263.

LAAZIRI, M. et al. Analyzing bootstrap and foundation front-end frameworks: a comparative study. **International Journal of Electrical and Computer Engineering (IJECE)**, v. 9, n. 1, p. 713–722, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11591/ijece.v9i1.pp713-722>>.

LUCIANO, J.; ALVES, W. J. B. Padrão de arquitetura mvc: Model-view-controller. **EPeQ Fafibe**, v. 1, n. 3a, p. 102–107, 2017.

LUZIA, E. L. R. d.; LIPORONI, A. A. R. d. C. Creas: concepções de violações de direitos e os caminhos do trabalho social. **Serviço Social & Sociedade**, SciELO Brasil, v. 146, n. 2, p. e6628317, 2023.

MATUSSE, T. V. Inovação tecnológica no setor público: estudo de caso na diretoria de tecnologia da informação da universidade da integração internacional afro-brasileira (unilab). 2023.

MEDEIROS, M. S. S. de. **Primeiro-damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social**. [S.l.]: EDMETA, 2012.

MOTA, T. B.; JÚNIOR, A. M. C. de O.; FREITAS, A. F. de. Desenvolvimento e uso de um software de gestão sob a ótica das dimensões organizacional, tecnológica e humana em empresas públicas. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 3, p. 70–87, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.22279/navus.2016.v6n3.p70-87.380>>.

PATRICIO, E. et al. Explorando dados governamentais para prevenção da violência de gênero: Uma abordagem visual. In: SBC. **Workshop de Computação Aplicada em Governo Eletrônico (WCGE)**. [S.l.], 2024. p. 145–156.

STALLINGS, W. **Cryptography and Network Security: Principles and Practice**. 7th. ed. [S.l.]: Pearson, 2020. ISBN 978-0134444284.

TANENBAUM, A. S.; WETHERALL, D. J. **Redes de Computadores**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2021. ISBN 978-65-5571-042-3.

TÉCNICAS, O. Centro de referência de assistência social-cras. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília**, 2009.

1 FICHA DE NOTIFICAÇÃO UTILIZADA NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE

A seguir, apresenta-se o documento padrão utilizado pelas unidades da assistência social para registro das notificações de situações de violência e violações de direitos.



FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA

DADOS GERAIS	UNIDADE NOTIFICADORA* <input type="checkbox"/> 1 - Unidade de saúde 2 - Unidade de Assistência Social 3 - Estabelecimento de Ensino / Educação 4 - Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> 5 - Defensoria Pública 6 - Poder Judiciário 7 - Ministério Público 8 - Delegacia 9 - Org Sociedade Civil 10 - Outros		
	DATA DA NOTIFICAÇÃO*	NOME DA UNIDADE/EQUIPAMENTO NOTIFICADOR(A)*	
DADOS DA VÍTIMA	NOME DA VÍTIMA*		
	DATA DE NASCIMENTO DA VÍTIMA	OU CICLO DE VIDA DA VÍTIMA <input type="checkbox"/> 1 - Criança (0 a 06 anos) 2 - Criança (07 a 11 anos) 3 - Adolescente (12 a 17 anos) <input type="checkbox"/> 4 - Jovem (18 a 29 anos) 5 - Adulto (30 a 59 anos) 6 - Idosos (acima de 60 anos)	
	SEXO DA VÍTIMA* <input type="checkbox"/> 1 - Masculino 2 - Feminino <input type="checkbox"/> 3 - Não definido 4 - Sem informação	RACA / COR DA VÍTIMA <input type="checkbox"/> 1 - Branca 2 - Preta 3 - Parda 4 - Indígena 5 - Amarela <input type="checkbox"/> 6 - Sem informação	
	*Obrigatório informação de algum documento da vítima NIS DA VÍTIMA (preferencialmente, no caso de equip. social)		
	CARTÃO SUS (preferencialmente, no caso de unid. saúde)		
	RG DA VÍTIMA	CPF DA VÍTIMA	
	<input type="checkbox"/> No caso de Pessoa em Situação de Rua sem documento marcar aqui		
	MÃE DA VÍTIMA (ou responsável familiar no CADÚNICO)		A VÍTIMA ENCONTRA-SE GESTANTE? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 3 - Sem informação
	SITUAÇÃO CONJUGAL / ESTADO CIVIL <input type="checkbox"/> 1 - Solteiro 2 - Casado/União estável 3 - Viúvo <input type="checkbox"/> 4 - Separado 5 - Não se aplica 6 - Sem informação		ORIENTAÇÃO SEXUAL <input type="checkbox"/> 1 - Heterossexual 2 - Homossexual 3 - Bissexual <input type="checkbox"/> 4 - Transexual 5 - Não se aplica 6 - Sem informação
	POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 3 - Sem informação	SE SIM, QUAL TIPO? (a questão aceita diversas respostas) <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Mental <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Auditiva <input type="checkbox"/> Oculta <input type="checkbox"/> Sem informação	
LOCALIDADE DA RESIDÊNCIA	ENDEREÇO (logradouro e número))		
NÚMERO	COMPLEMENTO E/OU PONTO DE REFERÊNCIA		
DADOS DA OCORRÊNCIA	MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA	DISTRITO DA OCORRÊNCIA	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA
	DATA DA OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA	A LESÃO FOI AUTOPROVOCADA <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 3 - Sem informação	OCORREU OUTRAS VEZES? <input type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não 3 - Sem informação
	ESSA VIOLÊNCIA FOI MOTIVADA POR: (a questão aceita diversas respostas) <input type="checkbox"/> Sexismo (discriminação motivada pelo sexo) <input type="checkbox"/> Deficiência (discriminação contra pessoas com deficiência) <input type="checkbox"/> Homofobia (discriminação motivada pela orientação sexual) <input type="checkbox"/> Xenofobia (discriminação contra outras culturas) <input type="checkbox"/> Racismo (discriminação motivada pela raça/cor) <input type="checkbox"/> Situação de rua (discriminação contra pessoas em situação de rua) <input type="checkbox"/> Intolerância religiosa (discriminação motivada pela religião) <input type="checkbox"/> Sem informação <input type="checkbox"/> Conflito geracional (causados por diferentes gerações) <input type="checkbox"/> Outros. Qual?:		
	LOCAL DE OCORRÊNCIA (Se outros, identificar qual) <input type="checkbox"/> Residência <input type="checkbox"/> Local de prática esportiva <input type="checkbox"/> Comércio/serviços <input type="checkbox"/> Habitação coletiva <input type="checkbox"/> Bar ou similar <input type="checkbox"/> Indústria/construção <input type="checkbox"/> Escola <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Sem informação <input type="checkbox"/> Outros. Qual?		
DADOS DA VIOLÊNCIA	TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA (a questão aceita diversas respostas) <input type="checkbox"/> Abandono <input type="checkbox"/> Assédio Moral <input type="checkbox"/> Exploração Sexual <input type="checkbox"/> Abuso Sexual <input type="checkbox"/> Cárcere privado <input type="checkbox"/> Homofobia <input type="checkbox"/> Ameaça de morte <input type="checkbox"/> Exploração Patrimonial <input type="checkbox"/> Negligência <input type="checkbox"/> Pessoa em Situação de Rua <input type="checkbox"/> Racismo <input type="checkbox"/> Trabalho Infantil <input type="checkbox"/> Pessoas em risco pessoal e social <input type="checkbox"/> Ruptura de Vínculos <input type="checkbox"/> Tráfico de Seres Humanos <input type="checkbox"/> em decorrência do uso de álcool e <input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> Violência Física <input type="checkbox"/> outras drogas (somente pela <input type="checkbox"/> Trabalho Análogo ao Escravo <input type="checkbox"/> Violência Psicológica <input type="checkbox"/> * Resposta Obrigatória <input type="checkbox"/> Outros. Qual?		



DADOS DA VIOLÊNCIA	<input type="checkbox"/> No caso da vítima ser Adolescente Autor de Ato Infracional em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, o mesmo cumpre: <input type="checkbox"/> Liberdade Assistida <input type="checkbox"/> Prestação de Serviço a Comunidade - PSC																			
	No caso da vítima ser Pessoa em Situação de Rua, informe se é: <input type="checkbox"/> Residente <input type="checkbox"/> Imigrante () Recebe BPC () Recebe BPC () Participa de Programa de Transf. de renda (PAB, CMIC...) () Participa de Programa de Transf. de renda (PAB, CMIC...)																			
DADOS DO PROVÁVEL VIOLADOR	QUAL O MEIO DE AGRESSÃO? (a questão aceita diversas respostas) <input type="checkbox"/> Força corporal / espancamento <input type="checkbox"/> Obj. Perfuro-cortante <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Substância / Obj. quente <input type="checkbox"/> Sem informação <input type="checkbox"/> Obj. contundente <input type="checkbox"/> Envenenamento / intoxicação <input type="checkbox"/> Outro:																			
	NÚMERO DE ENVOLVIDOS SEXO DO PROVÁVEL AGRESSOR <input type="checkbox"/> 1 - Um <input type="checkbox"/> 2 - Dois ou mais <input type="checkbox"/> 3 - Sem informação <input type="checkbox"/> 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino <input type="checkbox"/> 3 - Ambos os sexos <input type="checkbox"/> 4 - Sem informação																			
DADOS DO PROVÁVEL VIOLADOR	VÍNCULO/GRAU DE PARENTESCO COM A PESSOA ATENDIDA (a questão aceita diversas respostas) <input type="checkbox"/> Pai / Mãe <input type="checkbox"/> Conjuge / Companheiro (união estável) <input type="checkbox"/> Cuidador <input type="checkbox"/> Madrasta / padrasto <input type="checkbox"/> Ex-companheiro/Ex-companheiro <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional <input type="checkbox"/> Ex-padrasto / Ex-madrasta <input type="checkbox"/> Filho(a) / Irmão(irmã) / outros parentes <input type="checkbox"/> Própria pessoa <input type="checkbox"/> Namorado (a) <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Estado/órgão púb. <input type="checkbox"/> Ex-namorado (a) <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros:																			
	SUSPEITA DE USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS <input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 3 - Sem informação <input type="checkbox"/> 4 - Não se aplica																			
DADOS DO PROVÁVEL VIOLADOR	CICLO DE VIDA DO PROVÁVEL VIOLADOR <input type="checkbox"/> 1 - Criança (0 a 11 anos) <input type="checkbox"/> 2 - Adolescente (12 a 17 anos) <input type="checkbox"/> 3 - Jovem (18 a 29 anos) <input type="checkbox"/> 4 - Adulto (30 a 59 anos) <input type="checkbox"/> 5 - Idosos (acima de 60 anos)		OU IDADE (preferência) <input type="text"/>																	
	STATUS DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR (exclusivo para equipamentos socioassistenciais) <table border="0"> <tr> <td>Status do acompanhamento</td> <td>Equipe que acompanhou/acompanha</td> <td>Serviço que acompanhou/acompanha</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Caso Concluído</td> <td><input type="checkbox"/> Centro Dia</td> <td><input type="checkbox"/> PAIF</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Caso em acompanhamento</td> <td><input type="checkbox"/> Centro POP</td> <td><input type="checkbox"/> PSB no Domicílio</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Caso não acompanhado</td> <td><input type="checkbox"/> CRAS</td> <td><input type="checkbox"/> SCFV</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Não se aplica</td> <td><input type="checkbox"/> CREAS</td> <td><input type="checkbox"/> Serviços prestados no Acolhimento Institucional</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Órgão Gestor da Assistência Social</td> <td><input type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Medida Socioeducativa (LA/PSC)</td> </tr> </table>			Status do acompanhamento	Equipe que acompanhou/acompanha	Serviço que acompanhou/acompanha	<input type="checkbox"/> Caso Concluído	<input type="checkbox"/> Centro Dia	<input type="checkbox"/> PAIF	<input type="checkbox"/> Caso em acompanhamento	<input type="checkbox"/> Centro POP	<input type="checkbox"/> PSB no Domicílio	<input type="checkbox"/> Caso não acompanhado	<input type="checkbox"/> CRAS	<input type="checkbox"/> SCFV	<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> CREAS	<input type="checkbox"/> Serviços prestados no Acolhimento Institucional		<input type="checkbox"/> Órgão Gestor da Assistência Social
Status do acompanhamento	Equipe que acompanhou/acompanha	Serviço que acompanhou/acompanha																		
<input type="checkbox"/> Caso Concluído	<input type="checkbox"/> Centro Dia	<input type="checkbox"/> PAIF																		
<input type="checkbox"/> Caso em acompanhamento	<input type="checkbox"/> Centro POP	<input type="checkbox"/> PSB no Domicílio																		
<input type="checkbox"/> Caso não acompanhado	<input type="checkbox"/> CRAS	<input type="checkbox"/> SCFV																		
<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> CREAS	<input type="checkbox"/> Serviços prestados no Acolhimento Institucional																		
	<input type="checkbox"/> Órgão Gestor da Assistência Social	<input type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Medida Socioeducativa (LA/PSC)																		
ENCAMINHAMENTOS	NO CASO DE RUPTURA DE VÍNCULOS (somente para CRAS e CREAS. Aos demais, marcar a opção "Não se aplica") Obrigatório (somente em casos de ruptura de vínculos) selecionar pelo menos 1 item abaixo caso a notificação esteja como CASO EM ACOMPANHAMENTO ou CASO CONCLUÍDO <input type="checkbox"/> Houve Acolhimento <input type="checkbox"/> Houve Reinserção na família <input type="checkbox"/> Não houve Reinserção na família <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Sem informação																			
	ENCAMINHAMENTOS (a questão aceita diversas respostas) <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> CRAS</td> <td><input type="checkbox"/> Delegacia</td> <td><input type="checkbox"/> Não se aplica</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> CREAS</td> <td><input type="checkbox"/> Ministério Público</td> <td><input type="checkbox"/> Outros: _____</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Conselho Tutelar</td> <td><input type="checkbox"/> Poder Judiciário</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Rede da Saúde (UBS, Hospital,...)</td> <td><input type="checkbox"/> Defensoria Pública</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola,...)</td> <td><input type="checkbox"/> Conselhos (Idoso, CMCD, Mulher,...)</td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			<input type="checkbox"/> CRAS	<input type="checkbox"/> Delegacia	<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> CREAS	<input type="checkbox"/> Ministério Público	<input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> Conselho Tutelar	<input type="checkbox"/> Poder Judiciário		<input type="checkbox"/> Rede da Saúde (UBS, Hospital,...)	<input type="checkbox"/> Defensoria Pública		<input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola,...)	<input type="checkbox"/> Conselhos (Idoso, CMCD, Mulher,...)		<input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher	
<input type="checkbox"/> CRAS	<input type="checkbox"/> Delegacia	<input type="checkbox"/> Não se aplica																		
<input type="checkbox"/> CREAS	<input type="checkbox"/> Ministério Público	<input type="checkbox"/> Outros: _____																		
<input type="checkbox"/> Conselho Tutelar	<input type="checkbox"/> Poder Judiciário																			
<input type="checkbox"/> Rede da Saúde (UBS, Hospital,...)	<input type="checkbox"/> Defensoria Pública																			
<input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola,...)	<input type="checkbox"/> Conselhos (Idoso, CMCD, Mulher,...)																			
<input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher																				
OBSERVAÇÕES	Campo determinado para eventuais observações ou breve relato no caso de violência contra Crianças e Adolescentes (de acordo com Lei DA Escuta Protegida nº 13.431/17)																			

* Resposta Obrigatória